

País vai remeter mais dinheiro do que recebe do BIRD até 1992

por Claudia Safatle
de Brasília

Até 1992 o Brasil continuará fazendo pesadas transferências líquidas de recursos para o Banco Mundial (Bird), em patamares semelhantes ao que ocorreu em 1990, quando o País recebeu desembolsos de apenas US\$ 782 milhões e pagou, a título de juros, US\$ 711 milhões, US\$ 1,25 bilhão em amortizações mais US\$ 13 milhões de taxas de compromissos por recursos contratados e não-utilizados, perfazendo, assim, uma transferência líquida de US\$ 1,2 bilhão.

A missão do Bird, que esteve em Brasília e no Rio (ver nesta página) ao longo da semana que passou, chefiada por Armeane Choski, responsável pela área Brasil no Bird, não conseguiu resolver essa situação na montagem de uma carteira de empréstimos para o exercício fiscal de 1992, que será aprovada em junho próximo. Não foi possível, nem mesmo, definir a inclusão de mais alguns projetos para o exercício fiscal de 1991, que se encerra no final deste semestre. Até agora, garantidos, só existem projetos equivalentes a US\$ 450 milhões. São dois empréstimos: um de US\$ 300 milhões para o BNDES e outro de US\$ 150 milhões para o programa de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Outros dois projetos estão em processo de negociação ainda para este exercício fiscal: US\$ 260 milhões para a construção de polígonos da Petrobrás e US\$ 245 milhões para um programa de inovação do ensino básico em São Paulo. Ainda assim, o nível de contratação para 1991 ficaria abaixo de US\$ 1 bilhão, mais especificamente, US\$ 955 milhões, para pagamentos próximos a US\$ 2 bilhões somente ao Bird.

As restrições estão vindo de ambas as partes. O Bird não tem aceito a negociação de projetos setoriais de rápido desembolso e sem

necessidade de contrapartidas internas, assim como tem rejeitado pedidos de empréstimos por parte do governo brasileiro para a concessão de linhas de crédito ao setor privado, através do BNDES, por uma razão: os técnicos da instituição multilateral não estariam seguros da firmeza do processo de estabilização da economia e temem que a inflação retorne com fôlego assim que o governo iniciar o descongelamento de preços.

COMÉRCIO EXTERIOR

Teria sido por esse motivo que o Bird deixou de examinar a proposta de um empréstimo de US\$ 500 milhões para o projeto setorial de reforma da política de comércio exterior, que, aliás, já foi feita na direção da abertura do País ao mercado internacional. Também desconsiderou a aprovação, por enquanto, do financiamento de US\$ 300 milhões para um programa de distribuição e conservação de energia, pela Eletrobrás, por problemas tarifários e de US\$ 315 milhões para o BNDES abrir uma linha de financiamento para programas de privatização e reforma do mercado de capitais. Além da situação de estabilidade macroeconômica não ser, ainda, sólida, o governo ainda não fez um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nas conversações entre o governo brasileiro e a missão do Bird, que se encerraram na última quinta-feira com o encontro de Choski com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, as restrições parte a parte foram colocadas.

Os técnicos do Bird acham que o governo tem de equacionar seus problemas internos para que os governos estaduais, por exemplo, como grandes tomadores potenciais de empréstimos junto ao Bird, retornem a apresentar projetos de financiamento. Ocorre que os estados estão en-

divididos, não têm recursos para o aporte de contrapartidas que o Bird exige, em recursos internos, para complementação dos financiamentos externos e ainda devem ao Tesouro Nacional, que acaba sendo o avalista dos contratos de empréstimos externos.

Sobra, assim, um caminho muito estreito para trabalhar. Poucos seriam os projetos aptos a atrair recursos do Bird, consolidando uma situação que vem se agravando desde 1987, quando o País começou a transferir recursos ao Bird em valores superiores aos desembolsos feitos pela instituição ao Brasil. Em 1987 essas transferências somaram US\$ 665 milhões, subiram para US\$ 725 milhões em 1988, US\$ 667 milhões em 1989; US\$ 1,2 bilhão em 1990, e cifras estimadas entre US\$ 1,3 bilhão a US\$ 1,5 bilhão em 1991.

Pelo resultado das conversas com Choski, que veio a Brasília para montar uma carteira de financiamentos com o governo brasileiro para o exercício de 1992, este também será um ano de saídas de divisas do País para o banco, representando, assim, uma "despoupança" externa, justamente no momento em que o País está buscando engordar a poupança nacional, interna e externa, para ancorar a retomada do investimento produtivo.

CENÁRIO POUCO CLARO

Os técnicos brasileiros ponderaram a missão do Bird que, com as condições macroeconômicas impostas para a aceitação de pedidos de financiamento, o banco não estaria colaborando com o processo de estabilização interna. Deles, os representantes do governo brasileiro ouviram a justificativa: o cenário econômico interno ainda não é claro e, além disso, para o tipo de empréstimo que o País está solicitando,

seria necessário o acordo com o FMI.

A ministra da Economia estará em Washington no final desta semana, dia 27, para a reunião do comitê interino do FMI, e, na ocasião, terá um encontro com o presidente do Bird, Barber Conable. Começará, também, a negociação política com o FMI, em contatos com o diretor-gerente Michel Camdessus, e assinará o contrato de financiamento de US\$ 310 milhões, junto ao Bird, para a pavimentação de rodovias federais. Certamente, os problemas do País com o Bird serão abordados nesse encontro com Conable.

Para o exercício fiscal de 1992, os financiamentos em negociação são os seguintes:

- Privatização — cerca de US\$ 300 milhões para o BNDES conduzir o processo de privatização, principalmente de empresas do setor siderúrgico. Financiamento que seria destinado, em princípio, para o BNDES emprestar aos compradores das empresas estatais, para modernização, saneamento, entre outros;

- Meio ambiente — US\$ 200 milhões para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) recuperar as áreas escavadas, conhecidas como "sítios" mineiros;

- Saneamento — mais aproximadamente US\$ 250 milhões para modernizar três empresas estaduais de saneamento — a serem escolhidas — para que funcionem como modelo a ser seguido pelas demais do setor;

- Rodovias — empréstimo de US\$ 200 milhões para a recuperação de rodovias estaduais;

- Infraero — ainda não foi apresentado ao Bird, mas faz parte das intenções do governo brasileiro, que está trabalhando na elaboração de um projeto para ampliação de aeroportos e construções de outros, num valor total de US\$ 150 milhões.